



Psicologia USP
ISSN: 0103-6564
revpsico@usp.br
Instituto de Psicologia
Brasil

Ramos, Conrado
A indignação dialética: paixão e resistência em Maria Helena Souza Patto
Psicologia USP, vol. 22, núm. 3, julio-septiembre, 2011, pp. 499-528
Instituto de Psicologia
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305123741005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A INDIGNAÇÃO DIALÉTICA: PAIXÃO E RESISTÊNCIA EM MARIA HELENA SOUZA PATTO

Conrado Ramos

Resumo: Este trabalho dialoga com a obra de Maria Helena Souza Patto, não com o propósito de datar e reificar uma autora e seu pensamento, mas sim de reavivar seu conteúdo crítico sobre a psicologia numa época em que a mediocrização dos cursos esbarra no mais raso sentido do termo formação. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é sustentar a obra da autora como contracorrente do que se impõe, como resistência ainda possível. Não obstante, analisa-se como o pensamento da autora contribuiu para nos legar uma psicologia absolutamente diferente da que ela própria encontrou. Abordam-se temas estudados em profundidade pela autora, tais como a história da psicologia, o fracasso escolar, a psicologia escolar, a psicologia aplicada à infância, a crítica à psicologia e as relações entre psicologia e política, temas sempre reunidos pela denúncia à ideologia hegemônica e pela indignação diante dos novos movimentos ideológicos que visam manter intactas as condições da dominação. Entende-se que o resultado final permite constelar um pensamento crítico e dialético segundo os métodos de reflexão da própria autora.

Palavras-chave: História da Psicologia – Brasil. Psicologia escolar. Psicologia política. Pensamento crítico.

Este trabalho é, acima de tudo, um depoimento. É o relato do início de uma trajetória profissional difícil, que tem suas raízes na tradição positivista dos cursos brasileiros de formação de psicólogos: nos laboratórios de psicologia animal e de mensuração psicofísica e psicológica de seres humanos, nos contextos terapêuticos onde o objetivo, queiramos ou não, é a remoção de comportamentos disfuncionais, nos projetos de pesquisa onde os chamados “sujeitos” não passam de objetos, observados e medidos em situações supostamente assépticas, neutras, objetivas. (Patto, 1987, p. 1)

Assim Maria Helena abre o prefácio de sua tese de doutorado, escrita em Taubaté, sua cidade natal, em janeiro de 1982. Dessa trajetória profissional difícil, com raízes numa Psicologia comprometida até o osso com a classe dominadora, resultou, quase 30 anos depois, uma Outra Psicologia. Movida por uma indignação, herdada da avó materna filiada ao Partido Comunista Brasileiro, e que começou quando ela própria, mudando-se para São Paulo, cursou o primário e percebeu o tratamento dado a seus colegas, Maria Helena nunca se acomodou às salas da Universidade. As inquietações de suas angústias levaram-na sem temor, como diz Ecléa Bosi, a “sondar no campo os substratos geológicos do cotidiano pobre” (Bosi, 1987, p. 11). De lá Maria Helena trouxe a lava de sua práxis e, olhando de lá para cá, pôde ver, da maneira mais explícita, o germe ideológico da Psicologia e da Educação.

Tendo sido feito da lava desta Outra Psicologia, a qual encontrei e por isso sou grato a pensadores como Maria Helena, coloco-me em condições de dialogar com a obra dessa autora.

Há riscos muito grandes em dialogar com a obra de um autor, em especial de uma autora em plena atividade. Desenvolvo alguns deles.

Primeiro: de uma autora capaz de unir rigor e fervor à dialética de seu pensamento, eu espero que este meu texto venha a ser engolido pelo enredamento da superação no devir de seus próximos trabalhos.

Segundo: o perigo de dar uma falsa unidade a um pensamento que se caracteriza por ser não todo, isto é, por fazer da resistência a sínteses um dos princípios de sua potência crítica.

Terceiro: a falsa ideia de que o falar de uma obra implique colocar a obra e o autor como documentos dos quais se pode extrair aqui e acolá uma ou outra contribuição para o presente. Logicamente não é assim que penso e, justamente, pelo que aprendi com Maria Helena. Reduzir uma obra a um objeto no tempo não é suficiente, pois é perder a dimensão do tempo que há na própria obra. Fazer saltar, da particularidade de uma obra, a universalidade, eis o que é preciso para encontrar no objeto o sujeito que ele circunscreve. Se não for assim, falar em uma obra é deixá-la no passado como *souvenir* arqueológico, objeto de curiosidade no qual se cala um dizer e se ensurdece à história encarnada que ele é.

Assim sendo, como falar de uma obra que, além de não estar concluída, caracteriza-se por não se deixar concluir? Uma obra cujo sentido não se fecha – e aquilo que a identidade marca em demasia por um sentido se torna inquestionável – mantém viva sua seiva e seu caráter viral: ao mesmo tempo nutre e contamina quem dela se aproxima. Segue adiante. Não se deixa concluir em si e por si mesma.

Por essas razões, aos leitores desavisados devo já adiantar que não tomem este texto, ou mesmo o dossiê no qual ele se encontra, como uma tentativa de datar e reificar uma autora e seu pensamento. Afinal, “não há nada mais nefasto ao pensamento e insuportável ao convívio acadêmico do que o fundamentalismo teórico, tão frequente nos meios em que se faz a Psicologia” (Patto, 2007b, p. 11). É de reavivá-los que se trata, e justamente porque estamos numa época em que a mediocrização dos cursos de Psicologia esbarra no mais raso sentido do termo formação. É uma época em que não podemos deixar que se mate, que se cale, que se esfrie prematuramente nossos autores cujas obras vão na contracorrente do que se impõe, como resistências ainda possíveis.

Falar da obra de Maria Helena é, nesse contexto, não deixar que os caminhos de uma Outra Psicologia, uma Psicologia ética e crítica – não pulverizada pelo pragmatismo administrativo do ensino por conteúdos desfigurados em competências e habilidades –, tornem-se rastros e vestígios de uma possibilidade histórica não realizada. Desse modo, entendendo que a razão pela qual escrevo este trabalho não é movida somente pela admiração e pela homenagem à autora sobre a qual ele fala, mas também, e talvez principalmente, pela esperança de que sua crítica, que tem lume próprio, reacenda os caminhos de novos psicólogos em formação.

Que um artigo sobre a obra de Maria Helena seja, então, um convite, um archote, um vetor (seja no sentido de transmissor ou de orientação). Que evite, se conseguir, a idealização de uma autora e a sacralização de um modo de pensamento. Mas que possa, isto sim, levar adiante seu compromisso com a desnaturalização e a profanação dos dogmatismos sustentados por uma Psicologia que corre da História como o diabo da cruz.

Por fim, gostaria eu de saber um pouco mais da história e da formação de Maria Helena para buscar as raízes concretas de seu próprio pensamento e evitar o risco de *em-si-mesmar* sua obra. Só posso contar com mostrar um pouco, de modo por vezes escorregadio e fragmentado, a importância histórica de um pensamento e a importância da História em um pensamento. O pensamento de uma autora que contribuiu muito para legar uma Psicologia absolutamente diferente da que ela própria encontrou. Mas vale dizer que se a, até então, *imperturbável* Psicologia não pôde mais ser a mesma após Maria Helena Souza Patto e alguns outros de sua geração, ela continua ainda aí, mesmo que perturbada, com grande for-

ça. Cumpre-nos levar adiante as vozes de resistência, os *exercícios de indignação* e as sementes de uma *Outra Psicologia* deixados por Maria Helena. É com essa finalidade, enfim, que lancei mão do objetivo de, ao menos, deixar *constelar* o pensamento dessa autora.

Do ponto de vista de pesquisa, houve um progresso grande. Até uns anos atrás, o único modelo de pesquisa considerado científico era o experimental. Não era pesquisa o trabalho que não tivesse sofisticados tratamentos estatísticos e não visse o mundo como composto de variáveis dependentes e independentes ligadas por relações lineares de causa e efeito. A ênfase mais recente na pesquisa qualitativa, etnográfica, nos estudos de caso que abolem a obrigação da representatividade estatística, fez a Psicologia progredir, passando da produção de conhecimento para a compreensão do objeto de estudo, que deixa, portanto, de ser objeto. Pode parecer um jogo de palavras, mas não é. Uma coisa é produzir conhecimento a partir do pressuposto de neutralidade, de objetividade como distanciamento do pesquisador; outra coisa é o conhecimento produzido no calor de um estudo de caso, de um encontro no qual se aprofunda o contato com a realidade estudada. É preciso compreender o que estamos estudando; se for uma família, é preciso inseri-la num contexto maior: saber que lugar social ela ocupa, qual é sua trajetória, de onde vem, por que vem, como vive, o que pensa, quais as suas dores e esperanças. É por aí que se produz um conhecimento que é mais do que conhecimento, é compreensão. Discordo dos alunos que se queixam que os cursos de Psicologia são muito teóricos. Seria ótimo se fossem. Eu vejo nos cursos de Psicologia retalhos de teoria; e falta formação metodológica. Deveríamos aprofundar a formação dos psicólogos como pesquisadores. E continua faltando isso na pós-graduação. (Patto, 2000, citada por Marcondes, Proença, Junqueira, & Bock, 2000)

Mas, afinal, o que é uma obra? A produção total de um autor? Creio que não seja uma boa definição. Essa talvez seja uma definição que conte às instituições de avaliação universitária. Nesse caso, a obra é o que listam os currículos Lattes do CNPq e isso tem lá sua serventia, menos ou mais criticável, quer se entenda isso como divulgação ou proletarização dos pensadores de um campo de ciência.

Proponho entender por obra um pensamento que, pela força de sua transmissão, constitui um legado; que, por sua consistência e insistência, adquire o valor de referência, de orientação a outros pensadores; que, pelo rigor e coerência, resiste ao debate e aos confrontos que encontra em seu caminho quando começa a se constituir como tal; e que, principalmente, por seu estilo e fervor, é capaz de sacudir os espíritos dormentes e oferecer-se a eles como uma causa. Um pensamento que *provoca* não se limita a um conjunto de ideias, não se reduz a um conjunto de escritos de coisas importantes, mas converte-se em experiência, faz-se *ato*.

Contudo, uma obra não vale apenas pelo que ela produz naqueles que a tomam por referência. Uma obra verdadeira não deixa imune também quem a nega. E negar uma obra não é criticá-la, mas recusá-la pelo tormento que ela representa a uma estabilidade, a um *status quo* de pensamentos e ações que a obra em questão vem desmascarar. São obras com essa força política que as instituições vigentes se esforçam por empurrar ao esquecimento e que, por essa razão mesma, precisam ser sempre e novamente retomadas, reavivadas – aqui encontram sua função de resistência os dossiês sobre um autor. Maria Helena sabe, como poucos, apontar para o mal-estar que muitas vezes uma Psicologia tenta encobrir para manter intactos seus compromissos com a dominação. Ao fazer isso, ela faz forçosamente os adesos dessa Psicologia encararem as raízes históricas e políticas de sua própria consciência. Duvido que fiquem imunes. Daqueles que não saem de seu pensamento perturbados, devemos questionar o nível dogmático de suas convicções, desconfiar de sua paixão pela ignorância ou confirmar, então, que seguem a largos passos na cavalgada envenenada do cinismo.

Certa vez, dialogando com Maria Helena sobre a vergonha, ela me passou sua tradução de uma carta de Karl Marx a Arnold Ruge – seu parceiro no número único dos Anais Germano-Franceses –, datada de março de 1843, na qual podemos encontrar o seguinte: “Você pode olhar para mim com um sorriso e perguntar: o que se ganha com isso? Nenhuma revolução é feita a partir da vergonha. Eu respondo: a vergonha já é um tipo de revolução.” (Marx, 1843). Pelo que é capaz de provocar naqueles que sustentam uma Psicologia avessa à crítica da ideologia, a obra de Maria Helena é, portanto, revolucionária.

Mas o pensamento de Maria Helena não visa à mera destruição, à denúncia panfletária ou à crítica imobilizante. Neste ponto, concordo inteiramente com Frayze-Pereira quando escreve sobre o pensamento de Maria Helena:

exercendo-se, faz surgir um modo de ver. E, no limite, se as análises que permitem esse advento são, à primeira vista, ácidas e corrosivas – em uma palavra, desnorteadoras –, é porque são, ao mesmo tempo, cheias de esperança, cadenciadas pelo metrônomo da história, quer dizer, por um ritmo que se abre para o novo, para o porvir. (Frayze-Pereira, 2000, aba)

A Psicologia, como ciência inserida há algum tempo na lógica do mercado de intelectos, já produziu pensadores em série, cada um com seu *portfólio* de escritos. Mas não é a todos que se pode atribuir a concepção de uma obra, no sentido e pelos efeitos considerados acima. Ao pensamento de Maria Helena, certamente, tal atribuição é bem-vinda.

Sem História não existe crítica. Eu costumo dizer que quem não sabe um mínimo de História e de Filosofia sabe muito pouco... Você só pode entender o presente se recuar ao passado. As ideias são geradas numa realidade social concreta. Estou em busca da reconstituição histórica das ideias presentes na Psicologia. (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

No fervor de sua crítica, encontramos, mais do que a esperança, a paixão de Maria Helena em apostar no novo, dando a ele uma dimensão política e dialética. Maria Helena está entre os autores que denunciam a experiência social da opressão na procura não de um ajustamento da sociedade vigente, mas de uma alteridade histórica ainda não realizada. Sua compreensão da dialética, por conseguinte, não cede rápido demais às grandes categorias históricas cuja tendência à transcendência as torna incapazes de localizar a história nas mediações do objeto. Em seus textos, conferências e cursos, ao dar às práticas escolares e psicológicas cotidianas um olhar histórico capaz de admitir uma concepção de sujeito, Maria Helena retira das reificações dos indivíduos dominados o que elas são enquanto experiências objetivas subjetivamente cristalizadas. Consegue, desse modo, constelar seu objeto, fazendo vir à luz sua dimensão negada, tal como propõe Adorno (1967/2009):

Essa história está nele e fora dele, ela é algo que o engloba e em que ele tem seu lugar. Perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ele porta em si enquanto algo que veio a ser. Por sua vez, o *chorismos* [do grego: separação, cisão] entre fora e dentro é condicionado historicamente. Somente um saber que tem presente o valor histórico conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue liberar a história no objeto; atualização e concentração de algo já sabido que transforma o saber. O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres-fortes bem-guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica. (pp. 141-142)

Sem dúvida, o esforço de pensamento exigido por essa dialética gritante capaz de acordar a história no objeto não pode se dar sem paixão. “Nunca nada de grande foi cumprido ou poderia sê-lo sem as paixões”, dizia Hegel (citado Lalande, 1996, p. 782). A aposta sustentada por Maria Helena é, sobretudo, ética, pois é sem quaisquer garantias que se atira mensagens numa garrafa ao mar. Tal paixão ética é justamente o que falta aos cínicos, resignados e conformados que justificam, pela impossibilidade da mudança da sociedade, a aceitação da miséria social,

desde que não precisem se identificar a ela e possam, driblando suas insatisfações com as mais avançadas panaceias da indústria farmacêutica e as abundantes técnicas de ortopedia psicoterápica, desfrutar das migalhas de gozo disponibilizadas pela sociedade de consumo.

Pela paixão que move sua resistência, encontramos em Maria Helena o que Lukács (1932/1992) chamou de tendência à epopeia como o que:

desperta, nas massas mais amplas, energias até então deformadas ou adormecidas, forjando nelas homens de valor, conduzindo-os à ação que revela todas as qualidades que eles mesmos ignoravam... As particularidades individuais destes homens consistem, então, no atualizar, de modo claro e determinado, os elementos de universalidade da vida social – daí que, progressivamente, eles tomem as características do herói épico. (p. 187)

Numa sociedade mergulhada no conformismo, na resignação e no cinismo, o lírico e o épico ascendem, junto com o exagero, à retórica política capaz de fazer ecoar alguma verdade nos entupidos ouvidos burgueses incapazes de ou renitentes a se identificar com a mutilação cotidiana dos dominados. Adorno já havia dito que:

a idiossincrasia do espírito lírico contra a prepotência das coisas é uma forma de reação à coisificação do mundo, à dominação de mercadorias sobre homens que se difundiu desde o começo da idade moderna e que desde a revolução industrial se desdobrou em poder dominante da vida. (Adorno, 1965/1983, p. 195)

É esse espírito lírico que vemos Maria Helena encontrar e descrever, também liricamente, em sua análise de Jules Michelet:

A escrita arrebatada, a grande movimentação das cenas, o heroísmo popular e seus reveses como os grandes protagonistas da história e os transbordamentos patrióticos valeram-lhe a inclusão entre os primeiros e maiores historiadores românticos da França. Mas certamente ele foi mais do que um historiador: referências à sensibilidade de poeta, ao efeito sinfônico da composição verbal, à noção precisa da relação entre a forma e o conteúdo da escritura, à acuidade da visão dramática, à apreensão shakespeareana dos fatos, à tristeza dostoievskiana de seus escritos são frequentes entre críticos e intérpretes. (Patto, 2000d, p. 12)

Pelas mesmas razões que Jules Michelet foi mais do que um historiador, Maria Helena é mais do que uma pensadora crítica da Psicologia e da Educação. Vejamos, por exemplo, o modo como ela representa, com poesia e sarcasmo políticos e exagero retórico, a deformação histórica do espírito humano pela barbárie do discurso científico e burocrático-administrativo, ao finalizar um artigo em que analisa as determinações ob-

jetivas do conformismo no pensamento de René Descartes e as razões político-ideológicas pelas quais esse pensamento veio balizar um projeto de civilização que porta a barbárie por instalar, no centro da vida social, a desumanidade, justificada por uma racionalidade que garante à ciência moderna seu lugar na esfera de poder.

Sem dúvida, não havia luzes naquela noite de novembro. A escuridão dos cômodos da casa grande era prova disso: àquela hora, nem mesmo automóveis dobravam a esquina e passavam pelos vidros e frestas das janelas as faixas luminosas dos faróis. Espelhos e metais refletiam calmos a penumbra macia. Todos dormiam e não havia vento. Lá fora, as plantas repetiam a imobilidade das pedras rosadas que cobriam os caminhos do jardim. Com certeza, as flores desdobravam pétalas e os espíritos animais realizavam lentamente o seu trabalho, mas em quietude perfeita parada no ar. Nas camas confortáveis e de suave perfume, corações aquecidos circulavam o sangue e moviam, de leve, dedos, dorsos, olhos fechados, pálpebras.

O grito claro e distinto de terror que precedeu um estouro repentino rasgou a névoa que envolvia São Paulo e parou a seiva na nervura das folhas. O saque rápido, a posição isósceles de tiro, sem tempo para uma visada com os aparelhos de apontaria, os braços estendidos em direção ao alvo, o encaixe perfeito da pega permitido pelo progresso da ergonomia da empunhadura, o exato comprimento da puxada e a flexão eficiente do dedo no gatilho contraem a mola mestra que levanta o cão e revolve o tambor alinhando a munição ao cano... a bala corre em movimento retilíneo uniformemente acelerado desde o cone de forçamento e da alma do cano até sua boca... a pressão interior cessa quando o projétil deixa o cano e percorre a pequena distância que separa o atirador do alvo petrificado com um coeficiente balístico suficiente para atingir um dos pontos letais de mira num alvo humano, obrigar o corpo a receber a energia cinética residual, provocar-lhe a queda, tatuar na pele um desenho circular de bordas invertidas, vencer a resistência dos tecidos internos e derrubar em frações de segundo um elemento de cor parda, sexo masculino, 32 anos, desempregado, brasileiro, natural de Desterro (PB), morto em tentativa de assalto a residência, segundo Boletim de Ocorrência, camiseta branca, calça jeans, tênis branco, corrente de metal amarelo com crucifixo, tatuagem de Nossa Senhora Aparecida na face lateral do braço direito e fita verde de N.S. do Bonfim no punho esquerdo, segundo laudo médico do Departamento Estadual de Polícia Científica, que atesta, a partir de sinais tanatológicos de certeza, como ausência das funções vitais de circulação e respiração, algidez pronunciada, manchas arroxeadas de hipóstase nas partes declives, rigidez generalizada e alterações oculares como midríase, ausência de uniformidade e brilho próprios da superfície do globo ocular e diminuição da transparência corneana, a realidade da morte de adulto morfologicamente do tipo normolíneo, cujo corpo apresenta orifício de entrada de projétil de arma de fogo no hemitórax esquerdo e ausência de outras lesões de interesse médico-legal no tegumento externo e na região cavitária do crânio, examinada em seu con-

teúdo pela retirada da calota craniana conforme a técnica de Griesinger... dois ferimentos perfuro-contusos, um dos quais transfixante do lobo inferior do pulmão esquerdo e outro de entrada na emergência da artéria aorta, hematoma difuso dos hilos pulmonares e vasos da base do coração, projétil de arma de fogo alojado na cavidade abdominal, que migrou por via arterial através da profusão de sangue por toda a artéria aorta e a artéria ilíaca primitiva até a luz da artéria ilíaca profunda, pelo que se verificou que o óbito se deu em virtude de hemorragia interna traumática ocasionada por ferimentos perfurantes do pulmão esquerdo e da artéria aorta, oriundos de ação vulnerante de projétil disparado da frente para trás, da esquerda para a direita no plano vertical e reto no plano horizontal, laudo que, conferido por um segundo signatário, foi redigido por um perito de plantão. (Patto, 2000f, pp. 62-64)

Maria Helena, com sua socrática ironia, arranca a máscara de seriedade atrás da qual a ignorância ideológica se esconde. Isso é patente em diversos de seus textos como, por exemplo, quando critica a pedagogia autoritária, “calcada em práticas infantilizantes que... ensinam operações aritméticas valendo-se de desenhos de frutas com rostinhos sorridentes e com laço de fita nos cabinhos” (Patto, 1997/2005a, p. 24); quando nos lembra dos instrumentos do ensino massificado: “a avaliação na qual o aluno regurgita o que o professor disse, exatamente como ele disse, é tida como prova de que o ensino foi bem-sucedido, ou seja, de que produziu o idêntico por meio de um processo de produção em série” (Patto, 2007c, p. 249); ou quando desmonta a neutralidade dos testes científicos:

Pergunta-se por que é melhor dar dinheiro a uma instituição de caridade do que a um pobre que pede na rua. A resposta certa privilegia as instituições de caridade, porque distribuem o dinheiro de modo mais organizado e justo. Ou seja, é inteligente quem tem preconceito contra os pobres, participa da ideologia assistencialista e é desinformado, já que acredita na idoneidade de instituições que, em geral, são sabidamente desonestas. (Patto, 2007b, p. 5)

A ironia, em Maria Helena, não visa à gratuidade do escárnio e nem à difamação perversa. Sua ironia é indignada, e por ser, assim, também dialética, vai além da interpretação, da explicação ou do mero julgamento do objeto, mas consegue interpelá-lo. O que ela move por esse uso político do afeto não é tanto o que ela extrai do objeto que estuda, mas o que ela a ele devolve. Por isso, a indignação do seu pensamento é resistência, já é trabalho de modificação do objeto em sua identidade alienada.

Em seu estilo, Maria Helena tempera sua escrita com a política de sua paixão, por meio de um lirismo indócil e cruel o suficiente para não deixar no conforto do esplêndido berço da ideologia nem o leitor mais defendido. Ela escreve como fala: para ser realmente ouvida, com tom

firme e olhando nos olhos, marcando a coragem da posição de seu dizer. Quem a conhece é capaz de ouvi-la quando a lê. Quando assumidos na força política de sua poética, o lirismo não precisa ser açucarado e o romantismo não precisa ser ingênuo. Só eles chegam lá aonde a racionalização não vai, aonde a lógica não chega: no adormecido da razão onde a segunda natureza congela, na forma de subjetividade, a objetividade negada.

Maria Helena faz de seu estilo um verdadeiro *stylus*: instrumento pontiagudo utilizado para a escritura cuneiforme. Ela tem um estilo contundente capaz de deixar marcas nos espíritos mais endurecidos.

A história da Psicologia no Brasil é diferente da história da Psicologia nos Estados Unidos e na Europa. É preciso voltar-se para a Primeira República brasileira, momento em que a Escola Nova e a Psicologia chegam com força nos laboratórios de Psicologia e de Pedagogia Experimental, e verificar a maneira como os brasileiros se apropriaram delas no registro das condições econômicas, sociais e políticas daquele momento. Então, para entender como se constitui a Psicologia que está vigorando hoje é preciso ir para trás e ver o momento da sua constituição, mas não na Europa. É preciso deter-se na realidade da Primeira República no Brasil, um momento extremamente truculento no qual afloram conflitos de classe no contexto urbano. Isso tem repercussões sim sobre a constituição da Psicologia, porque a palavra de ordem tanto dos psicólogos quanto dos pedagogos brasileiros daquele momento foram duas: como levar este povo a ser disciplinado, a obedecer, e como levar este povo a hábitos de trabalho de acordo com as características do trabalhador requeridas naquele momento de industrialização. (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

A paixão crítica e o esforço de resistência de Maria Helena levam-na a atravessar em muito longe os limites proposital e ideologicamente empobrecidos de uma Psicologia oficializada pela classe que sustenta os caixas de sua produção que, por isso, é dominante no campo. Por sua própria conta e risco Maria Helena nos leva a lugares, épocas e autores não visitados pela grande maioria dos pensadores da Psicologia, geralmente aconchegados e protegidos em seus costumeiros bairros acadêmicos e com seus próprios torrões de ciência. Maria Helena procura, por onde passeia, fazer passar ao pensamento munido da crítica os monólitos da opressão social. Vai, por exemplo, ao século XIX e visita os contemporâneos de Marx – argutos tradutores dos primeiros efeitos da revolução industrial e testemunhas críticas da consolidação da sociedade capitalista.

Numa dessas visitas apresenta-nos cuidadosamente a Jules Michelet, nas páginas de quem encontra a concretude e a gênese da ru-

deza do homem produzida pela rudeza do trabalho fabril. Em retorno a essa visita Maria Helena nos traz que, do povo, “é imprescindível quebrar o seu silêncio secular e fertilizar com a sua fala o discurso frio da razão e da ciência.” (Patto, 2000d, p. 20).

Em outra visita minuciosa mostra-nos a essência social e política do trabalho artístico dos impressionistas franceses, em especial de Paul Cézanne. Desses, Maria Helena chega a nos dizer o seguinte:

Ao se dedicarem incansáveis ao trabalho artístico, esses homens e mulheres por certo faziam mais do que discordar dos valores dominantes no seu tempo: eles buscavam a vida significativa como antídoto à consciência incômoda da morte, ferida narcísica que a crença na onipotência da razão e a vida sem sentido – porque num mundo que impõe à existência o tempo do relógio, valoriza a posse de objetos e carece de projetos coletivos de conteúdo axiológico positivo – só vieram aprofundar. (Patto, 2000a, p. 47)

Em cada uma dessas visitas, o de que se trata é de converter a análise histórica em experiências da opressão e/ou da resistência. Não são, portanto, incursões turísticas em territórios estrangeiros para a mera coleção de postais. São, antes, visitas antropofágicas das quais a autora traz o alimento das sementes do devir que cultiva como seu projeto crítico em relação ao entendimento possível da subjetividade humana historicamente mediada, e numa história de dominação burguesa.

Mas não basta. Para apreender verdadeiramente a dimensão e a importância que a História tem na obra de Maria Helena, e evitar que se caia no lugar-comum de todo pensador pretensamente crítico que se agarra à meia dúzia de categorias da História como insígnias de identidade, é preciso entender o objetivo de sua investigação histórica, o que ela mesma expôs ao comentar o meu trabalho para um de seus cursos:

tenho me dedicado nos últimos muitos anos a trazer para a Psicologia os determinantes sociais, a questão da ideologia numa sociedade de classes, enfim, a dizer aos psicólogos que a realidade social existe e como ela é em sua essência. E não só para que ela pense o indivíduo, mas pense a si mesma como Ciência. (Patto, comunicação pessoal, janeiro de 1999)

Na ocasião desse curso, de 1998, intitulado *O fracasso escolar como objeto de estudo: uma visão histórica*, Maria Helena desenvolveu o que entendo ser uma tese de sua investigação histórica: no Brasil, as formas de doutrinação da população se dão por duas vias principais, quais sejam, o discurso que desqualifica os pobres e o aparato repressivo. Esses dois meios, que estão presentes simultaneamente no Brasil desde ao menos a Primeira República até nossos dias, nos diferencia dos europeus, de quem tendemos a fazer uma mera transposição de teorias explicativas da Europa para a realidade e as especificidades brasileiras.

O efficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou nesse período, em íntima relação com o discurso científico, foi a disseminação pelo corpo social de uma imagem negativa dos pobres, vírus poderoso que naturalizava a condição social de uma classe aos olhos de todos e justificava a exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e o exercício oligárquico do poder. Foi a partir de então que as teorias raciais começaram a desempenhar aqui o papel que vinham desempenhando na Europa desde o século anterior. (Patto, 1999, p. 183)

É nesse contexto que um discurso pseudocientífico de clara orientação fascista coloca na *prevenção, profilaxia, higiene física e mental* – palavras de ordem eugênicas (Patto, 2000/2005f) – o olhar dos cientistas dirigido às crianças de famílias pobres (mas não é daí que vem a origem da série de termos – *problemas emocionais, distúrbios neurológicos e psicomotores, desnutrição, carência cultural, deficiência mental leve, atraso no desenvolvimento cognitivo* (Patto, 2000/2005f) – com os quais a Medicina e a Psicologia até hoje nutrem as razões do fracasso escolar?). Enquanto isso, às escolas cabia a função de regenerar um povo primitivo, sob o lema educacional “escolas cheias, cadeias vazias” (Patto, 2000/2005f, p. 134) – nada muito diferente do que encontramos hoje quando “as escolas vêm se tornando ‘recolhimentos provisórios de menores’, espécies de *Febem-dia* que querem simplesmente tirá-los das ruas e melhorar as estatísticas de ocorrências policiais” (Patto, 2001/2005g, p. 34). À *psicoterapia*, por sua vez, cabia o “tratamento moral” para ‘dominar as comoções, subjugar as paixões, vencer os ímpetos e educar a vontade’” (Patto, 2000/2005f, p. 133) (mas não é isso o que ainda encontramos nos programas de *alfabetização emocional* e treinamento de *competências sociais* baseados nos pressupostos da *inteligência emocional*?). Como diz Maria Helena, “nada de novo no *front*, exceto o aperfeiçoamento de medidas paliativas que tentam dar conta da fachada democrática” (Patto, 1997/2005a, p. 28). Em todo esse processo, Maria Helena conclui que o de que se trata é da conservação e justificação da rígida hierarquia social por meio de teses científicas que não se pode questionar.

A investigação de Maria Helena, assim, é marcada pela procura das razões históricas, sociológicas e políticas pelas quais um discurso desqualificante torna-se uma segunda natureza numa realidade que, no entanto, ainda preserva a força física como meio de regulamentação e controle. É nesse contexto que a Psicologia é convocada a dar uma roupagem pseudocientífica e a engrossar o cimento ideológico de controle da classe social dominante. Segundo a autora:

tento mostrar a sintonia entre psicologia e política por aqui, o papel responsabilizador (culpabilizador) do indivíduo desempenhado pela psicologia e pela medicina, analisando o caso específico da psicologia aplicada à escola, desde o começo da República até o fim da era Vargas, a meu ver o período de consti-

tuição da Psicologia no Brasil. Isto tudo na chave dos equívocos conceituais, que resultam não só na não percepção de que o que parece natural é social, o que parece apolítico é político mas, principalmente, na insciência de que o que parece racional é irracional (e vice-versa). (Patto, comunicação pessoal, janeiro de 1999)

Desse modo, a obra de Maria Helena tem muito a nos ensinar sobre os riscos das investidas críticas desavisadas, marcadas mais por um discurso importado de resistência abstrata do que por uma resistência concreta porque atenta às especificidades de nossa sociedade e nossa cultura. Uma crítica pautada somente por categorias universais, que propõe em todos os espaços os mesmos princípios de denúncia e de resistência, tende a cair rapidamente no vazio por perder o particular e não se converter em experiência. Tais críticas são tão abstratas quanto as ideologias que pretendem desmascarar, e servem mais à propaganda política do que à ação transformadora, posto que, por não se debruçarem sobre o particular, são incapazes de se identificar com o oprimido levando-o, ao invés disso, a aceitar um conjunto de ideias alheias como se lhe pertencessem concretamente. É nesse conjunto que entram os arautos da conscientização que conservam, secretamente, uma visão autoritária e instrumental do povo, e os propagandistas que fazem do “compromisso social” o *slogan* contemporâneo de uma Psicologia que acredita que, “para ‘resgatar a cidadania’, basta levar crianças pobres a aprender capoeira” (Patto, 1997/2005a, p. 27). A grande parte desses autores de aparência crítica extrai da História apenas as tintas necessárias para colorir o discurso de um “humanismo ingênuo e bem-intencionado” (Patto, 1990/1996a, p. 28) que muitas vezes transforma o sofrimento cotidiano da humilhação em *baixa autoestima* e instrumentaliza a resistência com a “fala tatibitate, mas de grande poder de alienação, dos livros de autoajuda” (Patto, 2001/2005e, p. 104). Desse conjunto Maria Helena se exclui apressadamente a todo instante. Sua obra não é, portanto, uma mera datação da gênese de ideias, mas um perturbador apontamento da contradição e da história que residem na esfera social e política na qual se constitui a Psicologia brasileira, apontamento este fundado na aposta de que não há dominação absoluta e de que a crítica imanente pode colocar em movimento a história paralisada. A obra de Maria Helena se orienta, assim, pelos mesmos princípios marxianos de economia política que encontramos também em Marilena Chauí, para quem:

a política pode ser a esfera privilegiada para avaliar a oposição e mesmo a contradição entre povo e elite, visto ser possível perceber, nas mais diversas circunstâncias (greves, revoltas, eleições), que os dominados jamais se enganam na identificação de seus inimigos de classe. (Chauí, 1989/1997, pp. 62-63)

Uma brilhante ilustração de suas teses no tocante à investigação da história podemos localizar em *Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico*, artigo de 1996, no qual Maria Helena faz uma crítica à crítica europeizante balizada pela leitura foucaultiana da disciplina médica no Império brasileiro, feita por Jurandir Freire Costa. O que Maria Helena demonstra é o quanto tal europeização de Freire Costa não permitiu a compreensão, justamente, da razão ideológica da adoção de ideias europeias no Brasil monárquico. Aqui, a autora mostra como crítico e criticados foram presas do mesmo ranço ideológico e de como uma pesquisa historicamente orientada não pode recusar as especificidades de seu objeto e não pode, portanto, ser um pensamento de sobrevoo:

Feita do ângulo materialista histórico, a análise da europeização da cultura brasileira sob o Império ganha acuidade e permite reinterpretar o papel que a adoção das ideias europeias cumpria numa sociedade na qual vigorava a escravidão e boa parte dos pobres livres vivia do favor e da proteção dos poderosos. Nesse registro teórico, as ideias progressistas europeias estavam “fora do lugar” na estrutura social do Oitocentos brasileiro, não por mero atraso cronológico do país receptor, mas porque nele dominavam relações sociais que impugnavam os princípios mais elementares das concepções burguesas de democracia e de progresso. (Patto, 1996b, p. 184)

Por essa citação, apenas, é notória na obra de Maria Helena as influências de pensadores brasileiros como Alfredo Bosi, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, autores a quem Maria Helena nos convida a ler em seus cursos.

Em Sérgio Buarque de Holanda (1995), por exemplo, encontramos o seguinte:

à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas, predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares. (p. 38)

E em Alfredo Bosi (1992) podemos ler:

Assim, voltando o nosso olhar para os anos cruciais de 1860-70, surpreenderemos um tom geral de inconformismo, uma ânsia de renovação, cujo alvo era desemperrar o regime monárquico: foi nesse clima que o novo liberalismo se gestou; e foi esse descontentamento que permitiu a filtragem ideológica diversificada das doutrinas europeias. (p. 237)

Eis o terreno histórico e ideológico no qual Maria Helena, bem acompanhada, como vimos, vai situar a importação das doutrinas científicas e pseudocientíficas que, assimiladas ao nosso contexto específico, consti-

tuirão a Psicologia brasileira hegemônica. Na concepção de Maria Helena, portanto, é necessário encontrar as raízes concretas da nossa Psicologia para que a crítica a ela dirigida e a resistência às suas imposições tenham onde se sustentar.

Analisando o conto *O Alienista*, de Machado de Assis, considerado pela autora um dos grandes críticos, junto com Lima Barreto, do Brasil do final do século XIX e início do século XX, Maria Helena resume sua posição:

Apesar de o interesse pelo tema da insanidade mental ter se adensado nos últimos anos do Império, ele se dava em dois âmbitos que lhe emprestavam outros significados: o das especulações sobre os destinos da nação, que àque-la altura não dispensavam a preocupação com as características biopsíquicas do povo brasileiro; e o do debate sobre a urbanização da Corte e das principais cidades brasileiras. A favor da tese de que o desejo de parecer moderno teve peso no discurso higienista do Império há o fato relatado por M. C. Pereira Cunha em *Cidadelas da ordem*, segundo o qual os médicos limitavam-se a mandar internar os agressivos e esconder os loucos mendigos, pois estes “emprestavam à Corte uma aparência rude e nada moderna.” (Patto, 1996b, p. 194)

Em face de tudo isso, não é despropositado pensar que a Casa Verde é o próprio país, *stultifera navis* ancorada no Atlântico Sul, na qual aristocratas, burgueses enobrecidos e pobres livres vestem-se de civilizados e vivem um delírio que tem no cerne a negação insensata não só das mazelas do país (sobretudo a existência da escravidão, a grande ausente no conto), mas da própria condição mestiça da maioria dos brasileiros. (Patto, 1996b, p. 198)

Aí está: solo fértil para o nascimento e o desenvolvimento de uma Psicologia comprometida com a dominação, num país em que a história se faz por cisões e oposições dentro da própria classe dominante, “num país que jamais foi democrático” (Patto, 2005c, p. 10), levando o povo a *reboque* – como costuma dizer Maria Helena –, *desqualificado*, paralisado, ensurdecido e calado que é, entre outros dispositivos, pela educação, pela escola e pela Psicologia que a classe dominante lhe impõe, como nos demonstra a obra da autora.

Mas não nos deixemos enganar pela falsa ideia de um *passadismo* de Maria Helena, ou de um apego deslocado a teses históricas que a retirariam da análise das condições hegemônicas atuais, pois a própria autora nos adverte que:

É preciso considerar a lógica da economia neoliberal se quisermos entender o que se passa no país *hoje*, mesmo sabendo que os donos do poder sempre mostraram descaso pelos direitos da cidadania. Impossível negar que o neoliberalismo econômico veio somar-se à tradição brasileira, potencializou-a e imprimiu-lhe nova forma. (Patto, 2009, p. 15)

Assim é que a autora se coloca atenta ao caráter ideológico das políticas públicas que temos atualmente, denunciando o quanto elas são “estratégia ideológica de legitimação da ordem capitalista que despolitiza a maioria da população” na medida em que “o Estado intervencionista escamoteia os direitos civis e políticos de cidadania e desenvolve ações que, longe de atingirem as fontes estruturais da desigualdade social, limitam-se a diminuir os riscos sociais que ela traz” (Patto, 2009, pp. 16-17).

Ao acompanharmos os temas de suas investigações e os assuntos de suas publicações, podemos notar o quanto Maria Helena transita pela história sem deixar de ser uma sentinela atenta das *mutações do cativo*.

Meu trabalho tem sido fundamentalmente de crítica da Psicologia. Mesmo quando eu me debruço sobre a escola, nunca perco de vista a inserção dos psicólogos na realidade escolar. A resistência, esse contradiscurso, eu comecei a construir a partir, primeiro, de idas às escolas de periferia com o desafio de olhar para essa realidade, observá-la de uma maneira vivida e pensada. Isso eu aprendi fazendo alguns cursos na pós-graduação, quando estava preparando o meu doutorado. Por exemplo, e principalmente, o curso da Ecléa Bosi, que me mostrou como nosso olhar sobre a realidade passa por filtros que nos impedem de vê-la, inclusive os filtros teóricos, os estereótipos rasos, pseudocientíficos de uma Psicologia superficial, de algibeira. A partir do momento que pude olhar para essa realidade, vivê-la e pensá-la criticamente, eu tinha que começar, de alguma maneira, a denunciar, a chamar os psicólogos para uma reflexão a respeito do exercício da sua profissão, e fazer também a crítica da escola. Não é fácil ocupar o lugar de quem diz: “o rei está nu.” (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

De seu extenso trabalho de crítica à Psicologia dou destaque à sua tese de livre-docência, *A produção do fracasso escolar*, de 1990 (Patto, 1996a). Nesse texto de inegável relevância histórica à Psicologia e à Educação brasileiras, Maria Helena vive e analisa o cotidiano da escola pública de 1º grau, na qual encontra a materialidade crua da naturalização ideológica da desqualificação humilhante das classes populares. Perguntando-se como é possível traduzir para o domínio do cotidiano o compromisso histórico da Psicologia com o poder, Sylvia Leser de Mello responde na apresentação do livro, datada de setembro de 1988: “na transformação dos alunos e professores em objetos de manipulação; nas relações de inferioridade-superioridade instruídas pelo discurso do saber e da competência; nas relações burocraticamente hierarquizadas próprias ao funcionamento da rede pública de ensino” (Mello, 1996, p. xii).

A reflexão de Maria Helena sobre a psicologia aplicada à infância nesse e em outros textos demonstra como os saberes da Psicologia ora

escondem e ora legitimam a dominação de classe, quer imputando os problemas escolares a deficiências naturais da criança, quer culpabilizando as deficiências ambientais por meio de uma concepção naturalizada da sociedade. As saídas ideológicas dessas concepções, ainda robustas dentro dos currículos universitários, das escolas e das cabeças dos psicólogos, só podem ser o ajustamento da criança a um todo que não se pode, em hipótese alguma, questionar, ou a purificação burguesa de seu ambiente familiar supostamente desestruturado ou carente de cultura. As diferenças e experiências particulares, que são marcadas pela classe social, devem ser expurgadas como algo deletério e pernicioso uma vez que, se fossem tomadas pelo valor político que lhes é essencial, transformariam os problemas, desvios e rebeldias em subversão crítica do instituído. Ao mesmo tempo, as diferenças de classe são *recriadas* a partir de teorias biologizantes historicamente comprometidas com o racismo, e que estão, segundo Maria Helena, nas raízes do principal referencial teórico da política educacional brasileira de hoje, tal como ele foi assimilado e é aplicado no Brasil:

Houve uma época em que a Teoria da Carência Cultural esteve muito presente na política educacional. Não sei se a política atual tem alguma teoria por trás. Há o tão falado Construtivismo, que pressupõe que as crianças das classes populares têm atraso cognitivo. Então, acho que a Teoria da Carência Cultural, que é neta das teorias raciais do início do século, continua de algum modo orientando a política educacional. E quanto mais analiso as teorias raciais, mais chego a esta conclusão. Partir do pressuposto da desigualdade é racismo disfarçado, é concordar com explicações ideológicas que reduzem o social ao individual. Então a teoria da carência cultural ainda está aí, sim, com toda a força, principalmente através do Construtivismo, que é o referencial teórico maior da política educacional hoje. (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

Em outro momento histórico Maria Helena localiza a chegada ao Brasil das influências da psicanálise e suas deformações em nosso contexto sociocultural: em benefício do “mundo interno”, as correntes culturalistas vigentes são criticadas e, em nome de uma “normalidade” inexistente na própria psicanálise, as teorias psicológicas dessa vanguarda, não menos conservadora que suas criticadas, entronizam os modelos das famílias dominantes como referência única de um “mundo interno sadio”. Os mesmos valores e costumes de uma classe tomada “cientificamente” como natural e universal seguem como critérios de desqualificação de tudo o que pode significar ameaça e resistência ao *status quo*. Como Maria Helena diz algumas vezes, parodiando José de Souza Martins (1999), a Psicologia e o psicólogo mudam para que tudo continue como está.

Mas precisamos levar mais a fundo a dialética que se pode extrair das críticas sustentadas por Maria Helena, pois não são críticas alicerçadas

na concepção de um bom selvagem ou de um estado original puro que a civilização venha corromper. Em outro texto, analisando o pensamento de Maria Helena, escrevi o seguinte:

Ao pensarmos historicamente o papel social da Psicologia, devemos questionar em que medida as concepções desenvolvidas por uma Psicologia ideológica, isto é, determinada por interesses das classes dominantes, não cria, por sua vez, novas realidades. Em outros termos, a Psicologia, seus discursos e suas práticas, são determinados e determinam; são produzidos por um contexto histórico, mas, por sua vez, reproduzem aquilo que dizem, impondo ao seu objeto as formas sociais hegemônicas. Dialeticamente, isto significa que, ao mesmo tempo em que estas psicologias falsificam seu objeto, o constroem. Não há, pois, um “objeto puro”, mítico e originário que seja danificado ou negado, mas um objeto que é construído por intermédio mesmo da negação e da distorção. O objeto, dentro desta concepção, é a distorção como sujeito. O que permite a crítica de sua condição e de suas determinações não é um estado de pureza anterior ou utópico, mas sua posição dentro de condições de dominação, que só podem vir à luz mediante a análise do todo. (Ramos, 2007, p. 123)

Isso quer dizer que, ao contrário do que fazem as práticas psicológicas aqui criticadas, o objeto não pode ser tomado em si, como um ente isolado sobre o qual podem incidir as influências da sociedade, mas como um objeto que, enquanto história concentrada que é, por um lado forma-se e deforma-se de suas próprias condições concretas – o que inclui as ações e os discursos (que também são ações) instituídos que sofre –, mas por outro lado, é o sujeito do porvir.

No final das contas, Maria Helena nos mostra como a Psicologia hegemônica faz para continuar desqualificando a classe dominada, ao negar sua dialética e recusar a história: ela justamente toma o objeto em si e por si mesmo num processo de racionalização pseudocientífica do mais raso senso comum. Tomemos, por exemplo, o que a autora diz sobre os laudos psicológicos de alunos de escolas públicas:

As práticas de diagnóstico de alunos encaminhados por escolas públicas situadas em bairros pobres constituem, como já dissemos em outro lugar, verdadeiros crimes de lesa-cidadania: laudos invariavelmente faltos de um mínimo de bom senso, mergulhados no mais absoluto senso comum produzem estigmas e justificam a exclusão escolar de quase todos os examinados, reduzidos a *coisas* portadoras de defeitos de funcionamento em algum componente da máquina psíquica.

A estereotipia da linguagem utilizada, a mesmice das frases, conclusões e recomendações trazem-nos à mente a imagem de um carimbo – os laudos falam de uma criança abstrata, sempre a mesma. O fato de invariavelmente aprovarem (*laudare* significa *aprovar*) a crença dos educadores de que há algo

errado com o aprendiz mostra uma significativa convergência das visões técnico-científicas e do senso comum. Tudo se passa como se professor e psicólogo partissem do princípio de que o examinando é portador de alguma anormalidade. Basta consultar os testes, para supostamente descobrir qual. (Patto, 1997, pp. 49-50)

Aliás, é preciso dizer o quanto Maria Helena se dedicou a demonstrar que a própria razão subjacente aos testes psicométricos e de personalidade padece da falta de uma dialética que lhe daria um pouco mais de concretude à ficção que muitas vezes toma por objeto. Ao escrever sobre a aplicação de testes projetivos, Maria Helena ressalta o quanto os aplicadores, alheios às condições danificadas da vida e de seus efeitos no sujeito, valem-se dos mesmos jargões para “interpretar” as respostas, tomando “como natural o que é social; como social (em seu sentido funcionalista) o que é político; como dores de crescimento, sofrimentos causados por situações sociais de humilhação; como saúde o que é limitação” (Patto, 2000e, p. 71). A desqualificação permanente do objeto retirado de suas condições materiais mantém reificado nele o sujeito que uma Psicologia de *pocket books* não quer ouvir.

Mas se Maria Helena insiste num pensamento dialético, é porque sabe o quanto os testes psicológicos, enquanto práticas políticas que são, impõem ao objeto a ficção que criaram:

ao banirem dos testes de inteligência qualquer resposta indicativa de pensamento crítico ou ao tomarem como saudável a personalidade mutilada, essas teorias (e os instrumentos que elas alimentam) promovem uma perversa redução psicológica do objeto de estudo e, assim, *fazem parte* das práticas sociais que danificam a vida pela reiteração do dano inaugural presente nas relações de produção. As práticas de exame são, portanto, parte integrante das condições históricas atuais, motivo pelo qual não faz sentido isentar todo e qualquer instrumento de avaliação do psiquismo de seus efeitos reificadores. A redução do objeto é devida, sim, às condições históricas, das quais os métodos de exame psicológico que naturalizam o homem participam, a menos que se entenda a história em termos idealistas. (Patto, 2000e, pp. 71-72)

Mais recentemente, dentro de sua preocupação crítica com a Educação e com a Psicologia, Maria Helena dedicou um brilhante artigo ao livro *Inteligência emocional*, de Daniel Goleman, considerado por ela como “um verdadeiro monumento à psicologização enquanto perpetuadora das condições subjetivas da barbárie” (Patto, comunicação pessoal, janeiro de 1999). A autora mostra implacavelmente o quanto os exercícios de treinamento das “competências sociais” não passam do esforço de dar um verniz científico ao que se costuma chamar de *autoajuda*, mas cuja acolhida internacional, inclusive no Brasil, requerem o trabalho da

crítica. Em síntese, essa proposta de identificação e educação dos sentimentos visa otimizar a inteligência emocional daqueles que, sem isso, tendem a desenvolver sintomas de doenças sociais. É triste ver nas escolas contemporâneas programas pautados por tão pobre reducionismo de questões sociais a uma psicologia de magazines. “A ideia de fundo é administrar as emoções; está-se, portanto, diante de mais uma área de *management*. Livrar-se da ansiedade, da raiva, da preocupação e da tristeza, sentimentos que incapacitam para a tomada de decisões que fazem a vida bem-sucedida” (Patto, 2000c, p. 162).

Vemos com clareza a que nível a autora denuncia o alcance da administração burguesa do mundo – administração esta com a participação engajada da Psicologia e da Educação –, capaz de alcançar os recônditos da subjetividade e transformar a substância política dos afetos em *tendências antissociais* indesejadas em um todo supostamente equilibrado e sem conflitos. É nesse terreno da feliz apatia da satisfação consumista, da educação para o cinismo resignado ou do treinamento psicológico da empatia imperativa que a autora faz de sua crítica o incansável apontamento do mal-estar que não deixa de insistir, mas compreendendo-o histórica e socialmente como *sofrimento político* (Gonçalves Filho, 1998). Encontramos assim, na obra da autora, formulações como estas:

São muitos os determinantes do mal-estar escolar dos dominados – sejam professores ou alunos – numa sociedade de classes: o preconceito social e racial que rege a sociabilidade entre as classes; a negação do direito ao respeito a crianças e adolescentes pobres; a incúria de governantes e executores de políticas públicas; a corrupção que desvia verbas públicas destinadas à educação escolar; as más condições de formação e de trabalho da maioria do corpo docente; as promessas jamais cumpridas de melhoria das condições de vida da população pela escolarização; o autoritarismo, a violência e o arbítrio que regem as relações de classes num país como o Brasil e sua presença no interior das escolas; uma pedagogia que desrespeita as diferenças individuais porque deseja a homogeneização e submetimento, a qualquer preço, de educadores e educandos. (Patto, 2000/2005d, pp. 152-153)

Se Maria Helena não nos deixa esquecer os mal-estares, é porque entende que somente a apropriação simbólica das experiências de opressão social das quais são os sedimentos permite o entendimento crítico necessário à superação. Se Maria Helena faz, como vimos, sua crítica histórica converter-se em experiência, nesse caso, de modo dialético, trata-se de converter a experiência em crítica histórica. Vejamos como a autora propõe isso:

É urgente a mudança radical das instituições de detenção de menores, eufemisticamente chamadas de “socioeducativas”; para que deixem de ser espaços de barbárie e se transformem em lugares de escuta da dor da humilhação

como sofrimento político (pois engendrado em relações desiguais de poder), para que seus portadores possam apropriar-se dela no plano simbólico, única forma de superar a retaliação cega e muitas vezes fria que essa dor engendra e de torná-la alavanca de entendimento, por parte desses jovens, da lógica que move uma realidade social que violenta o tempo todo os despossuídos e de ações que contribuam para a transformação dela em direções de fato democráticas. (Patto, 2007a, p. 262)

Se as histórias da Psicologia e da Educação brasileiras permitem a Maria Helena a crítica desses dois campos de ciência, é somente porque a autora aposta no potencial que eles têm de fazer história, na medida em que são ciências capazes de dar voz à *cidadania negada* e transformar em ato político as formas hoje existentes de viver a injustiça e a opressão. A Psicologia e a Educação que hoje ainda reduzem o sujeito a um objeto arrancado de suas relações concretas podem, se acordarem de sua ataraxia, ajudar a tirar do coração da rocha da reificação, pela qual trabalharam tanto tempo, o desejo pulsante de ser, e de ser de outro modo.

Se bem que já havia ali um germezinho de desconfiança, num último capítulo, que começava assim: “será que existe mesmo isso?” Mas quem me ajudou a olhar de esguelha para essa coisa toda foram as pessoas pobres da periferia.... Estudei a Teoria da Carência Cultural e fui para os bairros pobres conviver com essas pessoas.

Então, vi que não batia, porque a Teoria as apresentava como poços de deficiências, incapazes de falar, pensar, com problemas de motricidade, de linguagem, emocionais, perceptivos etc. Eu chegava lá e não via nada disso. Via crianças que falavam uma língua que eu entendia, com as diferenças gramaticais que marcam a língua nas diferentes classes sociais, mas eram pessoas que propunham, criavam, refletiam, construíam, se viravam em condições quase inviáveis de vida; desenvolviam estratégias de sobrevivência e podiam chegar a fazer críticas fundadas à escola... Essas pessoas me mostraram que os pressupostos da tese da deficiência psíquica estavam errados. (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

Se examinarmos os temas dos trabalhos de Maria Helena, vamos observar o quanto ela se coloca sempre atenta às novas ameaças e aos novos movimentos ideológicos que visam manter intactas as condições, às vezes as mais sutis, da dominação. Seu trabalho de História da Psicologia não objetiva descrever o progresso de uma ciência, mas apontar ou desmascarar as tensões que, numa sociedade dividida, determinam os compromissos de produção e transmissão de um conhecimento científico com uma determinada classe. Seu objetivo não é pautado pela curiosidade arqueológica, mas fortemente motivado pela necessidade de dis-

por de elementos e instrumentos concretos para pensar a ideologia que subsiste às “inovações” nas áreas da Psicologia e da Educação.

A tomarmos as lições de militância que Maria Helena tira de sua análise da obra de Florestan Fernandes, podemos entender que, para ela:

A transformação social é um processo coletivo. O intelectual não pode produzir mudanças enquanto tal, por mais bem-intencionado que seja. Para ter uma experiência consequente na transformação social rumo à real sociedade democrática, é necessário que ele saia da “torre de marfim”, ligue-se aos problemas da sociedade, alie-se aos interesses dos que são objeto de exploração, opressão, exclusão, humilhação. (Patto, 1998/2000b, p. 147)

Mas Maria Helena procura não entrar em grupos de conflito, em *panelas*. Seu trabalho de resistência é, muitas vezes, solitário:

Preferi ser portadora de um alerta: “atenção, essa é uma Psicologia perigosa, não caminha afinada com os interesses populares, contribui para a dominação e chega a ser, em determinados momentos, criminosa. Essa Psicologia pode contribuir para tirar de certas crianças e pessoas os seus direitos de cidadãos.” (Patto, 2000, citada por Marcondes et al., 2000)

Os trabalhos da autora são atitudes dialeticamente negativas de recusa da “ditadura do existente” que busca “contato com a realidade fora de sua representação no mundo oficial” (Patto, 2000c, p. 173). Sua proposta é bem clara: “é preciso ir além da cultura como instrumento pragmático de domínio da natureza e de adaptação ao que existe, e resgatá-la como resistência, pelo cultivo do espírito” (Patto, 2000c, pp. 173-174). No entanto, partilhando de uma orientação adorniana, Maria Helena vai além do esclarecimento objetivo na forma da conscientização no interior de uma classe social: “a autoconsciência vem da reflexão dos indivíduos sobre si mesmos no mundo, sobre sua implicação na barbárie social” (Patto, 2000c, p. 178). É com esse espírito que Maria Helena dissectiona a Psicologia e atira seus miúdos ideológicos nas mãos de psicólogos e educadores para que esses tenham que se haver e se responsabilizar por sua participação na barbárie social.

Por revelar, nas entranhas da Psicologia, a bÍlis ideológica com a qual esta assegura a biologização e a cientificização do que é histórico, Maria Helena dissectiona o que está posto com esse nome – Psicologia – até nossos dias, órgão por órgão. Mas, ao fazer isso, já é uma Outra Psicologia o que ela põe em movimento. Uma Outra Psicologia porque se recusa a ser *ópio do povo*, nega-se a ser “instrumento de legitimação de uma desigualdade social repugnante” (Patto, 2000/2005f, p. 139). A Psicologia que Maria Helena põe em movimento é aquela que, frente à que está posta, endurecida e mofada, pretende constituir-se como *a peste* da transformação. Mais do que “benéfica crueldade”, como diz Maria Helena, ela faz, da Psicologia que sabe sustentar, uma *benéfica virulência*.

A condição de intelectual que Maria Helena assume aproxima-a da que propõe Adorno (1962/1996) quando afirma que o papel dos intelectuais já não seria “alterar os obtusos para seus interesses mais patentes, porém tirar a venda dos olhos dos espertos, tirar a ilusão de que o capitalismo, que faz deles seus beneficiários transitórios, baseia-se em outra coisa que não sua exploração e opressão” (p. 50). Por isso, precisamos de intelectuais como Maria Helena, uma vez que “as massas já não desconfiam dos intelectuais por eles traírem a revolução, mas porque eles talvez a queiram; com isso, revelam quão grande é sua própria necessidade de intelectuais” (p. 50). É desse lugar que Maria Helena vai às escolas, às salas de aula, às periferias e às favelas, para fazer falarem os dominados e poder ouvi-los não de um lugar de saber, posto que “o peso da ideologia recai mais sobre os intérpretes do que sobre os dominados” (Chauí, 1989/1997, p. 46), mas para interrogar tanto as formas materiais quanto as formas subjetivas de viver a injustiça e a opressão, fazendo saltar à consciência dos diversos atores sociais o quanto “o sequestro dos direitos atinge o cerne das pessoas, causa sofrimento, requer grande investimento psíquico e pode dificultar o próprio entendimento dos determinantes reais da situação em que se encontram” (Patto, 2009, p. 22). Esse é o modo de fazer psicologia que Maria Helena quer nos legar, e não aquele no qual “explorados, oprimidos, subalternos são palavras jamais pronunciadas” (Patto, 2000/2005f, p. 136). De modo bastante sintético, para Maria Helena “os psicólogos fazem história o tempo todo, mas em geral não sabem disso” e, por isso, “a Psicologia é sempre política, é parte do círculo de relações de poder e ainda se encontra predominantemente do lado dos que dominam” (Patto, 1996/2005b, p. 94).

No que diz respeito mais especificamente à Educação, o denso trabalho de campo e a escuta refinada da autora e de boa parte dos pesquisadores que ela orienta registram “o sofrimento de educadores e alunos que, condenados à cegueira e à surdez pela alienação que lhes é imposta, identificam erroneamente o inimigo, entreagidem-se e sobrevivem a duras penas, embora não sem alguma ambiguidade, que deixa aberta a fresta da resistência” (Patto, 2005c, p. 10). O que se ouve dos educadores, via de regra, é que os alunos são os causadores de todos os males da escola, discurso que serve de justificativa a práticas autoritárias, preconceituosas e humilhantes; e os alunos:

costumam relatar que não suportam a falta de significado das aulas, a desconsideração com que são tratados, os inúmeros episódios de rebaixamento que podem marcar sua vida escolar e os ataques à sua dignidade, que podem assumir várias formas, desde as mais sutis, até insultos e agressões físicas. Mas quando resistem a imposições sem sentido ou quando reagem agressivamente a agressões, só conseguem, numa estrutura hierárquica e cristalizada de poder, piorar ainda mais sua situação escolar. (Patto, 2001/2005g, p. 35)

Qual a resistência possível nesse contexto em que, do lado de dentro da instituição escolar, encontramos a reprodução fiel dos padrões da relação de classes tradicionalmente existentes no Brasil, quais sejam, a desqualificação dos pobres e o aparato repressivo?

Aí está: a identificação correta do inimigo não se dá sem que cada um dos envolvidos questione sua implicação na barbárie social; sem que se rompa o círculo vicioso de acusações mútuas entre os que se encontram, do mesmo lado, como igualmente dominados; sem que se possa converter o mal-estar, geralmente reduzido a problemas psicológicos particulares, em sofrimento político; sem que se transforme a crítica em interpelação da tradição histórica petrificada em segunda natureza; sem que se traduza o sofrimento político em atitudes negativas de resistência à ditadura do existente; sem que se explicitem os problemas, quer da política educacional ou da formação de psicólogos no Brasil. A aposta da intelectual Maria Helena é a de que, se “a consciência do oprimido (a maioria da população brasileira) não é totalmente lúcida, ela também não é totalmente alienada. É ambígua, contraditória – contradição que pode ser trabalhada pelo esclarecimento objetivo e subjetivo, rumo à emergência do que está silenciado” (Patto, 2001/2005e, p. 100).

Os incansáveis *exercícios de indignação* de Maria Helena e sua prontidão para denunciar as *mutações do cativo* transformam sua crítica, assentada no materialismo histórico, no modo de fazer gangrenar os musculosos membros da Psicologia e da Educação dos dominantes. E, com tudo isso, o que Maria Helena faz não é outra coisa senão, verdadeiramente, Psicologia e Educação.

Numa época em que as teorias são consumidas e rapidamente descartadas, o pensamento de Maria Helena é, em si mesmo, resistência, pois, por sua densidade, afasta aqueles que dele se aproximam esperando receitas práticas. Detém, segura, cativa aqueles que se permitem por ele ser tocados e que suportam a angústia que, por vezes, ele provoca. Não é um pensamento que meramente se lê, mas um saber que interroga, dialoga e se apropria do leitor. Isso requer um tempo que os consumidores de teorias não querem dispor.

O fato é que Maria Helena coloca algo de si nos alunos, psicólogos, professores e pesquisadores que ela toca por fazer ecoar, em cada um, uma crítica formada no materialismo histórico que, por seu rigor, não deixa imunes os pensamentos de suas significações políticas e amarras ideológicas. Sua obra, assim, convoca às angústias pelas quais passam aqueles que, tendo atravessado o Rubicão da indignação do pensamento engajado, não mais encontram a falsa paz das satisfações cínicas e infantilizadas da sociedade de consumo.

A indignação não é uma paixão qualquer e uma indignação dialética é a possibilidade de uma política das paixões. Sem paixão não se vê o sono secular da ideologia e não se extrai, da segunda natureza, a história

negada. A Psicologia, bela adormecida que já foi, tem na obra de Maria Helena um de seus mais quentes amanheceres.

Dialectical indignation: Passion and resistance in Maria Helena Souza Patto's work

Abstract: This paper discusses the work of Maria Helena Souza Patto, not for the purpose of dating and reifying an author and her thought, but to revive her critical content on psychology in an era when the mediocrization of the courses meets the shallowest sense of the term 'formation'. In this context, the purpose of this paper is to support the author's work as the opposition of what is imposed, as resistance that is still possible. Nevertheless, it analyzes how the author's thoughts contributed to bequeath us a totally different psychology from the one that she found herself. It addresses topics studied in depth by the author, such as the history of psychology, school failure, school psychology, psychology applied to children, critique of psychology, and the relationship between psychology and politics – topics always connected due to their denunciation of the hegemonic ideology and the indignation concerning new ideological movements that aim to keep conditions of domination intact. It is understood that the final result allows critical thinking and dialectical thinking according to the methods of reflection of the author herself.

Keywords: History of Psychology – Brazil. School psychology. Political psychology. Critical thinking.

L'Indignation dialectique: passion et résistance chez Maria Helena Souza Patto

Résumé: Ce travail dialogue avec l'ouvrage de Maria Helena Souza Patto non pas dans le but de dater et réifier un auteur et sa pensée, mais, au contraire, de raviver son contenu critique sur la psychologie dans une époque où la médiocrisation des cours bute sur le plus peu profond sens du terme formation. Dans ce contexte, l'objectif de ce travail est d'étayer l'ouvrage de l'auteur en tant que contre-courant de ce qui s'impose, comme résistance encore possible. Nonobstant, on analyse comment la pensée de l'auteur a contribué à nous léguer une psychologie absolument différente de celle qu'elle a elle-même rencontrée. On aborde des thèmes étudiés en profondeur par l'auteur, tels que l'histoire de la psychologie, l'échec scolaire, la psychologie scolaire, la psychologie appliquée à l'enfance, la critique à la psychologie et les relations entre la psychologie et la politique, des thèmes toujours réunis par la dénonciation à l'idéologie hégémonique et par l'indignation devant de

nouveaux mouvements idéologiques qui cherchent à conserver les conditions de la domination intactes. L'on comprend que le résultat final permet de consteller une pensée critique et dialectique selon les méthodes de réflexion du propre auteur.

Mots clés: Histoire de la Psychologie – Brésil. Psychologie scolaire. Psychologie politique. Pensée critique.

La indignación dialéctica: pasión y resistencia en Maria Helena Souza Patto

Resumen: Este trabajo dialoga con la obra de Maria Helena Souza Patto, no con el propósito de fechar y cosificar una autora y su pensamiento, sino reavivar su contenido crítico sobre la psicología en una época en que la mediocrización de los cursos tropieza en el más raso sentido del término formación. En ese contexto, el objetivo de este trabajo es sostener la obra de la autora como contracorriente de lo que se impone, como resistencia aún posible. No obstante, se analiza cómo el pensamiento de la autora contribuye para legarnos una psicología absolutamente diferente de la que ella misma encontró. Se tratan temas estudiados en profundidad por la autora, tales como la historia de la psicología, el fracaso escolar, la psicología escolar, la psicología aplicada a la infancia, la crítica a la psicología y las relaciones entre psicología y política, temas siempre reunidos por la denuncia a la ideología hegemónica y por la indignación frente a los nuevos movimientos ideológicos que tienen como objetivo mantener intactas las condiciones de la dominación. Es posible entender que el resultado final permite constelar un pensamiento crítico y dialéctico según los métodos de reflexión de la propia autora.

Palabras clave: Historia de la Psicología – Brasil. Psicología escolar. Psicología política. Pensamiento crítico.

Referências

- Adorno, T. W. (1983). Conferência sobre lírica e sociedade. In *Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas* (Os Pensadores, pp. 193-208). São Paulo: Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1965)
- Adorno, T. W. (1996). Mensagens numa garrafa. In S. Zizek (Org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 39-50). Rio de Janeiro: Contraponto. (Trabalho original publicado em 1962)

- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Bosi, A. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bosi, E. (1987). A psicologia entre fogos cruzados. In M. H. S. Patto, *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar* (pp. xi-xii). São Paulo: T. A. Queiroz.
- Chauí, M. (1997). *Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez. (Trabalho original publicado em 1989)
- Frayze-Pereira, J. (2000). Apresentação. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (abas). São Paulo: Haker.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1936)
- Lalande, A. (1996). *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lukács, G. (1992). Nota sobre o romance. In *Lukács* (pp. 177-188). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1932)
- Marcondes, A., Proença, M., Junqueira, W. M., & Bock, A. M. B. (2000, março/abril). Psicologia de resistência ao estabelecido [Entrevista com Maria Helena Souza Patto]. *Psi – Jornal de Psicologia do CRP-SP*, 8(121). Recuperado em 13 de setembro de 2010, de http://www.crp.org.br/crp/midia/jornal_crp/121/frames/fr_dialogos.aspx
- Martins, J. S. (1999). *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec.
- Marx, K. (1843). [Carta para] A. Ruge. In *Letters from the Deutsch-Französische Jahrbücher*. Holanda. Recuperado em 11 de fevereiro de 2009, de <http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1843/letters/deutsch-fransosische-letters.htm>
- Mello, S. L. (1996). Apresentação. In M. H. S. Patto, *A produção do fracasso escolar* (pp. ix-xii). São Paulo: T. A. Queiroz. (Trabalho original publicado em 1990)
- Patto, M. H. S. (1987). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.

- Patto, M. H. S. (1996a). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz. (Trabalho original publicado em 1990)
- Patto, M. H. S. (1996b, março). Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. *Novos Estudos CEBRAP*, 44, 179-198.
- Patto, M. H. S. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8(1), 47-62.
- Patto, M. H. S. (1999). Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Estudos Avançados*, 13(35), 167-198.
- Patto, M. H. S. (2000a). O elogio do trabalho. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 35-58). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2000b). Lições de militância. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 119-155). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2000c). Mutações do cativo. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 157-185). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2000d). Paixão e método em Jules Michelet. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 9-33). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2000e). Para uma crítica da razão psicométrica. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 65-83). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2000f). O sonho de Descartes. In M. H. S. Patto, *Mutações do cativo: escritos de psicologia e política* (pp. 59-64). São Paulo: Hacker.
- Patto, M. H. S. (2005a). Acelerando a escolarização em nome do quê? In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 17-28). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Versão revista e aumentada do trabalho original publicado em 1997)
- Patto, M. H. S. (2005b). O estatuto da criança e do adolescente e o compromisso do psicólogo. In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 87-94). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho original apresentado em 1996)
- Patto, M. H. S. (2005c). Introdução. In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 9-13). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Patto, M. H. S. (2005d). O mal-estar na educação. In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 141-154). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Versão revista do trabalho original publicado em 2000)
- Patto, M. H. S. (2005e). Mordaças sonoras: a Psicologia e o silenciamento da expressão. In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 95-106). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho original apresentado em 2001)
- Patto, M. H. S. (2005f). Sobre a formação das explicações hegemônicas do fracasso escolar: o lugar das teorias raciais. In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 121-139). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Trabalho original apresentado em 2000)
- Patto, M. H. S. (2005g). Violência nas escolas ou violência das escolas? In M. H. S. Patto, *Exercícios de indignação – escritos de Educação e Psicologia* (pp. 29-40). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Versão revisada de trabalho original apresentado em 2001)
- Patto, M. H. S. (2007a). “Escolas cheias, cadeias vazias” – Nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estudos Avançados*, 21(61), 243-266.
- Patto, M. H. S. (2007b). A Psicologia em questão. In M. H. S. Patto & J. A. Frayze-Pereira, *Pensamento cruel. Humanidades e Ciências Humanas: há lugar para a Psicologia?* (pp. 3-15). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2007c). Teoria crítica e ciências da educação: algumas reflexões. In J. L. Crochik, *Teoria crítica e formação do indivíduo* (pp. 245-258). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2009). Para ler as entrevistas. In M. H. S. Patto (Org.), *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver* (pp. 11-22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ramos, C. (2007). Confrontando Psicologia e História: um método para a reflexão crítica da Psicologia. In M. H. S. Patto & J. A. Frayze-Pereira, *Pensamento cruel. Humanidades e Ciências Humanas: há lugar para a Psicologia?* (pp. 109-131). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conrado Ramos, Psicanalista. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Endereço para correspondência: Rua Dr. César, 412, apto. 53 A, São Paulo, SP, Brasil. CEP: 02013-001. Endereço eletrônico: conrado_ramos_br@yahoo.com.br

Recebido: 09/10/2010

Aceito: 04/04/2011